



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS REALEZA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO – BACHARELADO

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS
ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE DOIS MUNICÍPIOS NO SUDOESTE DO
PARANÁ**

MARILEI DE FATIMA DA SILVA

**REALEZA
2018**

MARILEI DE FATIMA DA SILVA

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS
DA REDE PÚBLICA DE DOIS MUNICÍPIOS NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Trabalho apresentado ao Curso de Nutrição da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza como requisito para obtenção de nota parcial no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso III. Orientadora: Prof. Me. Amélia Dreyer Machado

REALEZA

2018

MARILEI DE FATIMA DA SILVA

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE DOIS MUNICÍPIOS NO SUDOESTE DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Nutrição da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 30/11/18

BANCA EXAMINADORA

Amélia D. Machado
Profa. Ms. Amélia Dreyer Machado
Orientadora

Élister L. B. Balestrin Fanin
Profa. Ms. Élister Lilian Brum Balestrin Fanin
Membro Titular

Graciela C. Gregolin
Profa. Ms. Graciela Caroline Gregolin
Membro Titular

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE DOIS MUNICÍPIOS NO SUDOESTE DO PARANÁ

The Practice of Food And Nutritional Education in the Schools of the Public Network of two Municipalities in the Southwest of Paraná

Marilei de Fatima da Silva¹, Amélia Dreyer Machado².

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi identificar a prática de educação alimentar e nutricional (EAN) nas escolas da rede pública municipais em dois municípios do sudoeste do Paraná. Assim entrevistou-se 130 profissionais, utilizando-se questionário semiestruturado. Dos participantes 96,00% eram do sexo feminino, 65,00% professores, com dedicação exclusiva (75,39%). As ações de EAN aconteciam em sua maioria (73,39%) ao longo do ano, 95,38% referiram conhecer tais ações e 67,34% participavam das mesmas. Entretanto 64,52% consideraram insuficientes as ações realizadas por não contemplarem os pais e apesar de acontecerem ao longo do ano, não existia uma conexão entre essas. Quanto à responsabilidade de orientações sobre alimentação e nutrição aos escolares, 61,55% atribuiu aos familiares. Contudo observou-se que muitas informações não são repassadas corretamente devido falta de conhecimentos por parte dos profissionais para com o público atendido, havendo necessidade de formação em EAN para os participantes.

PALAVRAS CHAVES; Educação em saúde. Promoção de saúde em ambiente escolar. Políticas de alimentação e nutrição.

ABSTRACT: The objective of the present study was to identify the practice of food and nutritional education (EAN) in public schools municipal in two municipalities in the southwest of Paraná. This interviewed 130 professionals, using a semi-structured questionnaire. Of the participants, 96.00% were female, 65,00% were teachers, with exclusive dedication (75.39%). EAN actions were mostly carried out (73.39%) throughout the year, 95.38% reported knowing about these actions and 67.34% participated in them. Therefore, 64.52% considered that the actions carried out

¹ Acadêmica do curso de Nutrição da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Realeza. marileisilva33@gmail.com

² Docente do curso de Nutrição da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Realeza. amelia.machado@uffs.edu.br

because they did not contemplate the parents were insufficient and although they happened during the year, there was no connection between them. As for the responsibility of guidelines on food and nutrition for schoolchildren, 61.55% attributed to family members. It is concluded that much information is not passed on due to lack of knowledge on the part of the professionals towards the public attended, requiring training in EAN for the participants.

KEYWORDS: Health Education. School Health Promotion. Food and Nutrition Policies

1. INTRODUÇÃO

A alimentação e a nutrição constituem os requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, suscitando a confirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com melhor qualidade de vida e cidadania, sendo sua concretização responsabilidade tanto do Estado, quanto da sociedade e dos indivíduos (FREIRE et al., 2012).

No âmbito escolar, a alimentação proporciona a manutenção da qualidade de vida do indivíduo, como também favorece a socialização de crianças e adolescentes, proporcionando a aprendizagem e o intercâmbio de práticas alimentares, tornando-se uma atividade de extrema importância dentro do ambiente escolar, pois é neste meio que a criança passa parte do seu dia, e é onde está à maioria dos indivíduos, fora do âmbito familiar, com quem ela se relaciona (FAM, 2015).

Fatores determinantes das condições de saúde e doença podem ser problematizados e analisados neste espaço. A escola como instituição se define por sua função de ensino, e também é local em que a saúde surge como tema recorrente de aprendizagem. Assim, a importância de problematizar a educação alimentar e nutricional na escola acontece fundamentalmente em torno do controle e da prevenção do adoecimento e de situações de risco e agravos à saúde (SILVA; BODSTEIN, 2016).

De acordo com o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as políticas públicas, a EAN no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia de Segurança Alimentar e Nutricional,

É um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012b, p. 23).

Despertar o interesse para conhecer a EAN é o ponto de partida para que os alunos, bem como a comunidade em geral incluindo todos os atores sociais que formam esse entorno, passem a apreciar e, em consequência, cobrar das autoridades públicas um maior interesse e atenção efetiva neste sentido. Por fim, o ponto determinante para esse despertar está na atuação do educador em sala de aula, na formação daqueles que manipulam a alimentação escolar, na inserção de temáticas sobre nutrição e alimentação nos componentes curriculares, e na inclusão da EAN no Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar (FAM, 2015).

Entretanto, existem programas que estão inseridos nas escolas como intuito de promoção de saúde como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que considera a EAN um grande conjunto de ações formativas, seja a prática de forma contínua ou permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que tem como principal objetivo estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas de hábitos alimentares saudáveis, e que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo, buscando que essas ações incorporem mais a fundo. O tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação saudável e na promoção da saúde, possibilitando a escola como um espaço ideal à formação de hábitos saudáveis e à construção da cidadania, considerando ainda que este ambiente pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no contexto curricular (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013).

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, pelos Ministérios da Saúde e Educação, estabelece estratégias para adaptação e articulação permanente com as políticas e ações de educação e saúde, contando com a participação da comunidade escolar, e abrangendo todas as equipes de atenção básica, de saúde da família e educação básica pública (BRASIL, 2007).

Conhecer a prática EAN na educação básica faz-se necessário para conscientizar educadores e gestores, de que grandes mudanças nos hábitos

alimentares dos alunos partem do que está sendo ensinado na escola, e por consequente estes são capazes de estabelecer hábitos alimentares mais saudáveis em suas casas.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi identificar como acontece a prática da educação alimentar e nutricional em escolas da rede pública em dois municípios do sudoeste do Paraná sob a ótica dos sujeitos envolvidos. Também foi possível conhecer o papel da escola como espaço de tais práticas, bem como, ações de EAN desenvolvidas no ambiente escolar e ainda como evoluem os Programas de Alimentação e Saúde na Escola, no que se refere ao planejamento de ações de EAN.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo de desenho transversal e caráter qualitativo e quantitativo, com utilização da técnica de entrevista, com um roteiro semi-estruturado previamente estabelecido.

Participaram da pesquisa 130 profissionais que trabalham diretamente nas escolas municipais na área urbana dos municípios de Realeza e Santa Izabel do Oeste, totalizando 52,41% do total previsto. As escolas localizadas na área rural foram retiradas em função da dificuldade de locomoção da equipe de pesquisa. A escolha dos municípios deu-se por conveniência, pelo fato da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) estar localizada entre ambos os municípios. Com uma distância de oito km entre as cidades.

As entrevistas foram realizadas nas escolas de forma individual, e gravadas em aparelho celular SAMSUNG J7 e posteriormente transcritas, não havendo discordância de nenhum participante. Para a manutenção do sigilo dos respondentes, os mesmos foram designados por letras e números: P – professor; M – manipuladores de alimentos (incluindo as cozinheiras, auxiliares de cozinha e de serviços gerais), G – (servidores do nível central – Secretaria). Os números após as letras indicam a ordem de transcrição das entrevistas.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Educação, Santa Izabel do Oeste possuía em 2016, cinco escolas, sendo três na área rural e duas na urbana. Nas escolas pesquisadas, trabalhavam 70 profissionais (professores, pedagogos, auxiliares de serviços gerais, cozinheiras e administrativo). Na Secretaria de

Educação, existiam duas servidoras envolvidas com as escolas além da Secretária de Educação.

Em Realeza, segundo a Secretaria Municipal de Educação havia em 2016, 8 escolas, sendo 6 na área urbana e 2 na rural. Nas escolas que foram pesquisadas, trabalhavam 178 profissionais (professores, pedagogos, auxiliares de serviços gerais e administrativos). Sendo três servidores na gestão, envolvidos com as escolas.

Dos 248 participantes, considerando ambos os municípios, 118 (47,58%), não foram entrevistados devido à licença maternidade, afastamento por motivo de saúde, por aposentadoria, recusa em participar e/ou por não estarem presentes por 3 vezes consecutivas quando procurados em seus respectivos locais de trabalho.

A coleta de dados foi realizada pela pesquisadora, através de entrevista individual com auxílio de um roteiro semiestruturado composto de 21 questões objetivas e três questões descritivas (abertas) com gravação e posterior transcrição. Antes da entrevista era lido e explicado, a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), quando concordavam o assinavam, para em seguida participarem da entrevista.

As respostas das questões objetivas foram tabuladas e trabalhadas com auxílio do programa PSPP versão (0.10.2;2016), com análise de frequência. As três questões abertas foram complementares as questões objetivas. A questão que indagava a respeito do entendimento que os profissionais tinham a respeito da EAN foi analisada conforme o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012).

A presente pesquisa foi submetida e aprovada, conforme CAEE nº 85954918.0.0000.5564 pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS, conforme preconiza a Resolução 466/2012 do conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 130 entrevistados, 96,20% eram do sexo feminino, com faixa etária entre 22 e 65 anos de idade. Observou-se que dentre os participantes, sobressaíram-se os professores (65,30%); a maioria possuía graduação seguida de pós-graduação (80,76%); predominou a jornada de trabalho de 8 horas diárias (67,70%), com

dedicação exclusiva (75,39%) e o tempo de serviço de 10 a 25 anos (46,92%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados socioeconômicos, área de atuação, formação, tempo de trabalho e carga horária/dia dos participantes. Realeza e Santa Izabel do Oeste, 2018.VARIÁVEL	TOTAL		REALLEZA		SANTA IZABEL DO OESTE	
	n	%	n	%	n	%
Município	n = 130					
Realeza	92	70,76				
Santa Izabel do Oeste	38	29,24				
Gênero	N = 130					
Feminino	125	96,20	87	69,60	38	30,40
Masculino	5	3,80	5	100	0	0,00
Profissão	N = 130					
Professor	85	65,30	59	69,42	26	30,58
Cozinheiras e Auxiliar de serviços gerais	25	19,30	19	76,00	6	24,00
Pedagogo e diretor	16	12,40	12	75,00	4	25,00
Gestores	4	3,00	2	50,00	2	50,00
Escolaridade	N = 130					
Graduação e Pós-graduação	105	80,76	73	69,52	32	30,48
Ensino médio completo	22	16,93	16	72,73	6	27,27
Ensino	3	2,31	3	100	0	0
Tempo de trabalho	N = 130					
1 - 5 Anos	9	6,90	7	77,78	2	22,22
5 - 10 Anos	44	33,88	31	70,45	13	29,55
10- 25 Anos	61	46,92	42	68,85	19	31,15
+ 25 Anos	16	12,30	11	68,75	5	31,25
Dedicação Exclusiva	N = 130					
Sim	98	75,39	71	72,45	27	27,55
Não	32	24,61	21	65,63	11	34,37
Carga Horária (Horas/Dia)	N = 130					
8	88	67,70	62	70,45	26	29,55
4	42	32,30	30	71,43	12	28,57

Legenda: n = Número de Participante

Quanto ao conhecimento e a forma como acontecem às ações de EAN 95% dos entrevistados relataram conhecer alguma ação que acontece ou já aconteceu nas escolas (Tabela 2), sendo citada *“Conheço, uma ação mesmo é o lanche que é servido aqui na escola, que é feito com base no cardápio que a nutricionista faz”* (M4); *“Acontecem muitos projetos que estagiárias de nutrição vem realizar aqui na escola”* (P12) ou ainda *“Aqui na escola tem um projeto que a escola desenvolveu, onde cada turma tem seu lixeiro para depositar restos de refeições a qual no final da distribuição é pesado e anotada em uma planilha e ao final do ano a turma que menos desperdiçou alimentos ganha uma gratificação como, por exemplo, um passeio fora da escola ou um lanche diferente”* (P16). Ramos et al (2013) ressalta que embora a relevância da educação nutricional seja reconhecida atualmente, sobretudo nas políticas públicas em alimentação e nutrição, ainda há poucas referências quanto aos elementos que norteiam sua prática. Muitos participantes sabem o que é uma ação de EAN, porém não sabem relatar com clareza como são as formas que as mesmas podem, ou são desenvolvidas.

A forma mais citada foi projetos realizados por estagiárias do curso de Nutrição da Universidade Federal da Fronteira Sul, em forma de palestras, oficina e filmes. Porém o estudo de Torres e Monteiro (2006) retrata que atividades educativas na forma de palestras, costumam ensejar pouca ou nenhuma interação entre os ouvintes e o palestrante, desapreciando o processo educativo. Já Alves (2016) mostra que as práticas educativas podem ser realizadas por meio de palestras, distribuição de cartilhas e folhetos, uso de embalagem de alimentos, recortes de supermercados, podendo ser desenvolvidas de várias formas, onde a criatividade e o envolvimento são fatores determinantes no sucesso das atividades de educação em saúde.

Dos participantes que conheciam ações de EAN 67,34% participavam de alguma dessas atividades, mesmo que de forma indireta com organização do espaço, dos estudantes e na maioria das vezes como ouvinte, e no caso das cozinheiras e auxiliares de cozinha houve retratação de que ao elaborar as refeições garante-se uma forma de participar de ações que auxiliam na formação de conhecimento em relação a alimentação saudável, como pode-se perceber na fala de (M 9) *“Nós da cozinha não costumamos participar das ações, mas quando são feitas atividades no saguão a gente sempre escuta as meninas falando de*

alimentação saudável e até espiamos as atividades para aprender comer melhor, mas eu acho ainda que como nós fizemos o lanche e o almoço também estamos participando da atividade da nutricionista que fez o cardápio, então também estamos passando conhecimento para as crianças”.

A maioria (70%) relataram que as ações ocorrem ao longo do ano, não percebiam uma periodicidade (Tabela 2). Silva et al. (2012), afirmam que para se obter um melhor resultado, programas de EAN devem ser desenvolvidos em longo prazo. Quanto à existência de avaliações das ações realizadas 64,52% dos participantes afirmaram que as mesmas são feitas, mesmo que muitas vezes não seja registrada em documentos, no entanto são dialogadas no espaço escolar entre os próprios professores como é retratado na fala de P 21 *“Sim, sempre são feitas avaliações, até porque não haveria lógica realizar atividades e não ser conversada após para saber se houve participações se os alunos entenderam o que foi repassado, essas coisas”;* (P32) *“Sim, sempre quando é feito alguma atividade com as crianças, depois é perguntado o que eles entenderam ou até mesmo é solicitado que façam textos sobre o tema da atividade”.*

Tabela 2 – Participação e conhecimento dos profissionais entrevistados sobre Ações de EAN, Realeza e Santa Izabel do Oeste, 2018.

VARIÁVEL	TOTAL		REALEZA		SANTA IZABEL DO OESTE	
	n	%	n	%	N	%
Conhecimento de ações n=130 de EAN						
Sim	124	95,38	87	70,16	37	29,84
Não	6	4,62	5	83,33	1	16,67
Local onde acontecem N = 124						
Escolas municipais	124	100	87	70,16	37	29,84
Periodicidade N = 124						
Ao longo do ano	91	73,39	64	70,33	27	29,67
Bimestral	22	17,74	17	77,28	5	22,72
Mensal	7	5,65	3	42,86	4	57,14
Semanal	4	3,22	3	75,00	1	25,00
Participação nas ações de EAN N = 124						
Sim	84	67,74	62	73,81	22	26,19
Não	40	32,25	25	62,50	15	37,50
Quanto às ações de EAN se as mesmas são suficientes N = 124						
Não	93	70,16	60	64,52	33	35,48
Sim	37	29,84	32	86,48	5	13,52

Quanto à existência de avaliações das ações de EAN		N = 124				
Sim	80	64,52	59	71,95	23	28,05
Não sabe	38	30,65	29	69,05	13	30,95
Não	6	4,83	4	66,67	2	33,33
Entendimento quanto à responsabilidade das orientações de EAN		N = 130				
Familiares	80	61,55	55	68,75	25	31,25
Toda a população	30	23,08	22	73,33	8	26,67
Escola	16	12,30	12	75,00	4	25,00
Nutricionista e secretaria de educação	4	3,07	4	100	0	0

Legenda: N = Número de Participante

Freire (2014) destaca que a educação não é apenas transferência de conhecimentos, mas sim, promover possibilidades para a produção e construção, se tornando útil para a população, pois promove o despertar da consciência crítica e da autonomia para agir e criar conceitos em relação às práticas alimentares. Percebeu-se assim que ao dialogar sobre as ações realizadas tanto os profissionais como os próprios escolares complementam o aprendizado.

Entretanto 70,16% dos participantes consideraram insuficientes, as ações realizadas, e referiram reiteradas vezes a falta de apoio dos pais na escola, *“Falta muito o apoio da família, principalmente dos pais, pois os mesmos deveriam incentivar e falar da importância da alimentação saudável em casa também e não só esperar que a escola o faça, além de não mandarem lanches que não são permitidos para a escola”* P. 26.

A responsabilidade das orientações de EAN, conforme 61,55% dos entrevistados deve ser da família, principalmente dos pais, podendo ser observado assim que na maioria dos entrevistados que afirmavam ser os pais os principais agentes para orientar sobre EAN em casa, eram professores sinalizando que a escola é o espaço que auxilia o repasse de conhecimento, mas que por vezes estes já poderiam vir de casa com conhecimento prévio sobre alimentação e nutrição, em especial saber retratar o que são alimentos saudáveis.

Na concepção de Ochsenhofer et al. (2006), a escola tende a ser o melhor espaço de viabilidades para prevenir a má-nutrição por diversos fatores, dentre os quais a possibilidade de, nesse ambiente, ser possível um trabalho relacionado à educação nutricional e alimentar e pela oportunidade da criança e do adolescente transformarem-se em agentes de mudanças nas famílias.

Contudo para abordar a EAN no ambiente escolar, é importante considerar

dois profissionais que atuam neste cenário e que possuem influência sobre a alimentação e a nutrição: o nutricionista como educador, pode oferecer contribuições relevantes. Ademais, é fundamental ampliar as discussões sobre as possibilidades da EAN, seus limites e o modo como é realizada, pois ao mesmo tempo em que ela é apontada como estratégia, sua atuação não está bem definida, resultando em uma grande diversidade de práticas (BRASIL, 2012).

No entendimento dos entrevistados a EAN pode ser; *“uma maneira de você educar a população sobre qual é a melhor maneira de se alimentar, por exemplo, ajudar as pessoas a comerem melhor”* (G4), ainda *“alimentação saudável”* (P12) e *“ter uma alimentação balanceada”* (P38). Contudo o Marco de EAN, relata que agregou-se o termo alimentar à Educação Nutricional, com o intuito de realizar ações para abranger tanto pontos relacionados ao alimento, a alimentação, método de produção, abastecimento e transformação, além das questões nutricionais. Ao consolidar todos esses termos, há uma complementação e apreço com os determinantes físicos, emocionais, culturais, sociais e biológicos da alimentação (BRASIL, 2012; SILVA, 2013). Dessa forma a EAN consegue ser compreendida como um método para elaborar, organizar e compartilhar diversos saberes sobre alimentação, hábitos alimentares e ações que visam à promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013).

Quando perguntados a respeito de sugestões ou alguma questão que não tivesse sido abordada, 5% dos entrevistados responderam, sendo que 3% reforçaram a importância de ações junto aos familiares dos estudantes e 2% das ações de EAN serem contínuas e não pontuais como observam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível reconhecer como acontecem às ações de EAN nas escolas dos municípios estudados, pelo olhar dos trabalhadores envolvidos com o ambiente escolar. Analisou-se ainda, que os profissionais possuem uma visão fragmentada sobre as ações de EAN nas escolas. Para a maioria dos entrevistados a EAN é entendida apenas como *“alimentação saudável”*, sem haver um questionamento crítico sobre o papel dessas ações na escola.

A responsabilidade em relação às orientações de EAN deve ser compartilhada pela família e escola. O nutricionista que é o profissional especialista

nessa área tem total condição de contribuir com a formação da comunidade escolar e população em geral.

Notou-se, ainda que há falta de conhecimentos por parte dos profissionais ao lidar com a temática alimentação e nutrição. De fato, profissionais bem capacitados poderiam desenvolver um trabalho coletivo, orientando, informando de modo construtivo a população em geral sobre o que é educação alimentar e nutricional.

Conclui-se que muitas informações não são repassadas por falta de conhecimentos por parte dos profissionais para com o público atendido, havendo necessidade de formação em EAN para os participantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia Cristina et al. **Relato de experiência da atuação do nutricionista em Residência Multiprofissional em Saúde. Rev. Nutr., Campinas**, v. 29, n. 4, p. 597-608, Aug. 2016

AMPARO-SANTOS, Lígia. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 5, p.595-600, out. 2013.

AQUILA, Rosemeri. A Educação Alimentar e nutricional no espaço escolar: Saber, Saber e Saúde- Programa de pós-graduação stricto sensu em educação nas ciencias, Ijuí -RS,v2,p5-95, , 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; 2012.

BRASIL. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

BRASIL. Portaria interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União 2006; 9 mai.

FAM, Ana Cecilia Vieira. A Educação Alimentar e Nutricional na sala de aula: Desenvolvimento de material pedagógico para aplicação por professores em uma escola do município de Feira de Santana -BA. **Universidade do Estado da Bahia – Uneb**, Salvador, v. 01, n. 0, p.02-83, mar. 2015.

FREIRE, Maria do Carmo Matias et al. Guias alimentares para a população brasileira: implicações para a Política Nacional de Saúde Bucal. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.20-29. 2012.

FREIRE, A. M. A. **Política e educação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

LIMA ES. Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar, 1934-1946. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000.

MARIN, Tatiana; BERTON, Priscila; SANTO, Larissa Kelen Rossi do Espírito. Educação Nutricional e Alimentar: Por uma correta formação dos hábitos alimentares. **F@pciência**, Apucarana-pr, v. 7, n. 3, p.72-78, nov. 2009.

OCHSENHOFER, K. O papel da escola na formação da escolha alimentar: merenda escolar ou cantina? CEP, v. 5688, p. 060, 2006

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 29, n. 11, p.2147-2161, nov. 2013.

RANGEL, Mary. Educação e saúde: uma relação humana, política e didática. **Educação**, Porto Alegre, v. 1, n. 32, p.59-64, jan. 2009.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, [s.l.], v. 18, n. 5, p.681-692, out. 2005.

SILVA, Regiane de Almeida et al. Intervenção Nutricional Integrada à Prática de Lian Gong em usuários hipertensos de uma Unidade Básica de Saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Rev. Aps**, Belo Horizonte, p.1-8, set. 2013.

TORRES HC, Monteiro MRP. **Educação em saúde sobre doenças crônicas não-transmissíveis no Programa Saúde da Família em Belo Horizonte – MG**. REME Rev Min Enferm. 2006.

VASCONCELLOS, A.B. Desafios e Perspectivas para a Educação Alimentar e Nutricional. I Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para a Promoção da Saúde. Brasília. 2006.

ZANCUL, Mariana de Senzi. Orientação nutricional e alimentar dentro da escola. **Unesp – Universidade Estadual Paulista**, Araraquara, v. 1, n. 1, p.10-120, jan. 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The Ottawa Charter for Health Promotion**. Ottawa, 1986.